

APRESENTAÇÃO

O ano de 2015 será um marco importante para a nossa Revista (RE) Pensando Direito, haja vista que será confeccionada diretamente de forma eletrônica, mas não deixaremos de fazê-la também de forma impressa. Para isso acontecer, precisamos que todos os nossos colaboradores também se envolvam nessa nova caminhada, cadastrando-se e enviando os seus artigos para a publicação.

Nesta 9ª edição, estamos trazendo aos nossos leitores vários artigos, dentro daquilo que nos propusemos, os quais, com certeza, serão de grande importância para as nossas atividades acadêmicas.

Assim, o artigo que abre esta edição será sobre **Os direitos humanos e o debate entre universalistas e relativistas: necessidades de superação**, no qual o autor analisa o pensamento corrente nas posições relativistas, principalmente naquilo que vai de encontro à pretensão de universalidade dos direitos humanos. A partir disso, o texto procura, sobretudo nos postulados do filósofo alemão Heiner Bielefeldt, os elementos capazes de desconstruir a ideia de que os ditos direitos humanos são produtos culturais, que refletem o conjunto de valores e juízos contidos nas tradições europeia e norte-americana. Apresenta também a ética do discurso de Habermas como possibilidade de diálogo entre os diferentes. Tal intento mostra-se oportuno, já que a universalidade de um conjunto de valores e juízos morais depende de uma gênese mínima dotada de sentido a todos e, portanto, desvinculada de características culturais.

A seguir, no artigo sobre **A tributação ao longo das constituições brasileiras: evolução histórica e reflexos no exercício da cidadania**, o autor faz uma análise da tributação ao longo das constituições brasileiras, ou seja, desde a primeira Constituição do Império até a Carta Cidadã de 1988. Nesse texto, além de se observar a temática tributária propriamente dita, foram analisados alguns dos importantes fatos históricos que permearam cada uma das constituições, bem como de seus reflexos no exercício da cidadania. Dessa forma, o referido artigo mostra, para quem deseja conhecer, um pouco mais da

evolução da tributação ao longo da história brasileira e assim facilitar a compreensão do atual sistema tributário nacional.

Ainda falando sobre tributação, os autores nos brindam com um artigo sobre um assunto muito em voga na atualidade, ou seja, **O novo paradigma do IPTU: a progressividade como elemento de extrafiscalidade**, o qual tem por objeto o estudo da progressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano. Para a compreensão do tema, segundo os autores, faz-se necessário o entendimento sobre a conceituação de tributos, impostos e os princípios que balizam a legalidade desses. Além do estudo sobre a progressividade do IPTU, procurou-se estabelecer uma diferenciação quanto à sua função fiscal e a (nova) função extrafiscal, além de como essa mudança paradigmática pode afetar a capacidade contributiva do contribuinte, relacionando também as principais mudanças ocorridas na legislação constitucional referentes ao tema. A importância do tema faz-se relevante à medida em que o IPTU é imposto municipal de fundamental importância no contexto econômico e social das cidades, com questões jurídicas importantes a serem discutidas, principalmente referentes ao entendimento do STF em relação à instituição da progressividade de alíquotas do IPTU com caráter fiscal. Os autores também buscam caracterizar o IPTU como um imposto com dupla finalidade, com a possibilidade de atender tanto a sua função principal de arrecadação, conhecida como fiscal, quanto a uma nova função extrafiscal, mudança paradigmática que busca o desenvolvimento de políticas urbanas e a justiça e pacificação sociais.

No seguimento, apresentamos um texto que é utilizado pelo autor em sala de aula intitulado **Direito & Economia – interação de saberes**, pois faz parte da mesma realidade social e, na sociedade atual, se encontra em constante diálogo. Os saberes fragmentados, no entanto, não permitem esse reconhecimento. A questão, se percebe, é olhar de modo diferente esses fenômenos e transpor o alheamento e divergências existentes. No intuito de gerar uma aproximação e o reconhecimento da importância do Direito nos resultados econômicos e da Economia na formulação jurídica, o artigo analisa as relações

entre Direito e Economia para ampliar o diálogo entre saberes, com vistas a entender outras maneiras de se compreender este fenômeno.

Após demonstrar que o Direito e a Economia estão presentes no nosso cotidiano e muito interligadas entre si, o artigo sobre **A responsabilidade objetiva do empregador e os acidentes de trabalho nas atividades de risco** vem demonstrar que a responsabilização civil por danos causados por acidentes do trabalho merece especial atenção, visto que os princípios fundamentais de respeito ao meio ambiente do trabalho e à dignidade da pessoa humana se inserem na perspectiva da finalidade social da lei e do bem comum. Não podemos esquecer que a responsabilidade civil busca restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado, com o afã de uma satisfação social, no sentido da socialização dos riscos na relação entre o empregado e o empregador. Denota-se que a irresponsabilidade dá espaço para a responsabilidade, visto que o grande contingente de atos danosos não mais estão protegidos pelo manto da culpa, sendo colocada em primeiro plano a vítima do dano.

Outro artigo que merece destaque é bem atual e que igualmente vai interferir diretamente na Economia e no Direito, é sobre **A (in) constitucionalidade da competência absoluta nos Juizados Especiais Federais em questões previdenciárias**, no qual os autores procuram estabelecer uma análise sobre a constitucionalidade da fixação da competência absoluta para o julgamento de questões previdenciárias nos Juizados Especiais Federais, tendo em vista o princípio do acesso à Justiça, o respeito ao princípio da isonomia e também a complexidade intrínseca à matéria, pois, embora a competência absoluta dos Juizados Especiais Federais esteja fixada na legislação ordinária vigente, questiona-se se o mais adequado seria o beneficiário dispor da opção de escolha para o ajuizamento de sua demanda perante um Juizado Especial Federal, perante um Juízo Federal Comum ou pela competência delegada perante a Justiça Estadual.

Muito em voga nos dias atuais está o tema em que as autoras falam sobre **a Alienação parental e mediação familiar no Brasil** no qual investigam as relações possíveis decorrentes dessa situação.

Para tanto, o texto foi desenvolvido em quatro eixos, sendo que toma como ponto de partida a apresentação da construção da lei da Alienação Parental no Brasil, seguido de uma discussão sobre o veto da mediação no projeto da referida lei. Para finalizar, salientam-se os elementos que indicam a mediação como meio preponderante para diluir conflitos oriundos da Alienação Parental.

Na sequência, apresentamos um artigo sobre a **Justiça social: uma possibilidade ética no processo de inclusão no ensino superior** em que as autoras problematizam a discussão acerca da chegada dos alunos com deficiência no Ensino Superior, já que com este novo público se acredita que novas formas de exclusão foram criadas. Por esse motivo, justifica-se a necessidade de pensar o binômio inclusão/exclusão. Para tanto, tem-se que a Instituição de Ensino Superior é marcada pela diversidade e, durante anos, um de seus principais objetivos era selecionar aqueles considerados melhores, decidindo quem teria condições de prosseguir nos estudos e quem não possuía capacidade intelectual. A legislação garante o acesso a todos, mas em relação à acessibilidade ainda se precisa avançar, consideravelmente, pois ainda há currículos descontextualizados, alto índice de evasão, principalmente entre as camadas mais pobres. Nesse sentido, fica claro que a educação é um direito humano e social, e como tal precisa ser garantida a todos, sem distinção de cor, sexo, gênero ou condição social.

Por fim, trazemos o texto intitulado **Da necessidade de releitura do princípio da anterioridade eleitoral** em que os autores apresentam elementos para interpretar e reanalisar o princípio constitucional cravado no art. 16 da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecido por princípio da anterioridade eleitoral. Trazem-se análises acerca do Supremo Tribunal Federal, dos efeitos das decisões proferidas em controle concentrado e difuso, da função dos princípios, bem como da necessidade de harmonizar os preceitos da anterioridade eleitoral e da moralidade administrativa, de forma que se consolidem as ideias democráticas e republicanas no sistema jurídico brasileiro.

Desejamos uma boa leitura a todos. Esperamos, enfim, que os artigos aqui apresentados possam contribuir com o crescimento intelectual e profissional de cada operador do Direito e que as luzes aqui lançadas alcancem novos horizontes do saber.

Prof. Dr. Douglas Cesar Lucas

Prof. Ms. José Lauri Bueno de Jesus

Diretores da Revista (RE) Pensando Direito - CNEC-IESA

